

ÁGORA

MODOS DE SER EM DANÇA – VOLUME 02

Gilsamara Moura
Douglas de Camargo Emilio (Orgs.)



© Direitos dessa edição cedidos ao grupo de pesquisa *Ágora: modos de ser em dança*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

EDITORACÃO

João Paulo Hergesel

CAPA

Claudinei Sevegnani

PROJETO E PRODUÇÃO

Gilsamara Moura

Douglas de Camargo Emilio

Grupo de Pesquisa *Ágora: modos de ser em dança*

PPGDança/ UFBA

Prof.^a Dr.^a Gilsamara Moura

Prof.^a Dr.^a Márcia Mignac

A275 *Ágora: modos de ser em dança* / Gilsamara Moura; Douglas de Camargo Emilio (org.). Alumínio: Jogo de Palavras, 2019, v. 2. 377 p. | 14 x 21 cm.

ISBN: 978-65-80097-39-5

1. Dança. 2. Corpo. 3. Artes Cênicas. 4. Grupo de Pesquisa.
I. Título.

CDD: 790 | CDU: 793-3

1.^a edição

Impresso no Brasil

Editora Jogo de Palavras

Alumínio, SP • 2019

www.jogodepalavras.com

QUANDO “LUGAR DE FALA” SE TORNA “FALA DO LUGAR”

Helena Katz

Resumo: A frequência com que episódios envolvendo a expressão “lugar de fala” adentrou no cotidiano, no Brasil, foi a ignição para a reflexão que se segue. Djamila Ribeiro (2019), Marielle Macé (2019), Vilma Piedade (2017) e Dubravka Ugrescic (2011) são algumas, dentre as pensadoras e pensadores que colaboraram com o que aqui está sendo proposto. Faltam muitos outros, mas a proposta não inclui um recenseamento sobre a bibliografia do assunto. O objetivo é iniciar uma conversa que demonstre a necessidade de centralizar no corpo as questões que estão transformando o “lugar de fala” em “fala do lugar”. Iniciar é o verbo que melhor conta do porquê deste texto. E o conceito de corpo como corpomídia (Katz e Greiner), porque favorece a construção dos argumentos necessários para evitar a polarização que se alastra pela sociedade, fundamenta o texto.

Palavras-chave: “lugar de fala”, “fala do lugar”, corpomídia.

A expressão “lugar de fala” transformou-se em uma espécie de senha de autorização, cercada de muita polêmica. Tendo participado de muitas delas, nos anos recentes, uma pergunta insistiu: como produzir escuta e diálogo quando o ‘nós’ contra ‘eles’, de modo geral, se torna o ambiente dessas conversas? E como uma pergunta insistente, para quem pesquisa, tende a gerar uma hipótese, esta resultou em uma, que conduz este artigo. A hipótese (ou o desejo?) é a (o) seguinte: entender a diferença entre “lugar de fala” e “fala do lugar” pode destravar, nessas polêmicas, algumas das impossibilidades que foram se estabelecendo como intransponíveis.

Para dar conta desta tarefa, será necessário reunir dois conjuntos distintos de referências bibliográficas. Um deles lida, sobretudo, com os escritos sobre as condições sociais que impediram e continuam a retirar o direito à cidadania de certos grupos; e o outro, mesmo parecendo, à primeira vista, não se ligar ao primeiro, se refere ao que o viver *on line* vem produzindo em cada um de nós. Porque se somos corpo, os novos hábitos cognitivos que vêm nos transformando nas pessoas intolerantes, impacientes e mimadas que hoje somos não se manifestam somente quando estamos na frente de uma tela. Tudo o que repetimos por muito tempo tende a nos modificar, porque o corpo não tem aptidão para recusar a informação com a qual entra em contato. Pode negá-la, mas não pode negar haver entrado em contato com ela e ter decidido negá-la. Ou seja, mesmo quando recusamos/descartamos uma informação, como entramos em contato, ela passa a fazer parte da coleção que somos.

Se o contato com uma informação promove mudanças, e entramos em contato com informações a cada instante da vida, as transformações serão constantes; as coleções de informação que somos se desorganizam e se reorganizam permanentemente, em um fluxo inestancável. E, como continuamos a trocar com os ambientes, e estamos nos transformando sempre, a troca será de outra maneira, e o ambiente também vai mudando. A esse modo de existir, a Teoria Corpomídia (Katz e Greiner) denomina de co-evolutivo, para identificar uma característica importante da evolução: ela ocorre no comprometimento mútuo de transformação constante de corpos e ambientes.

Se o corpo encontra muito com certas informações – como sucede quando fica muitas horas na frente das telas, todos os dias – tenderá a desenvolver outros hábitos, e estes novos hábitos se manifestarão também quando não estiver *on line*. No entanto, na vida *off line* não conseguimos deletar pessoas, nem tampouco acelerar o ritmo delas, quando achamos que está lento demais, e nem fazer somente o que queremos, com quem queremos, do jeito que queremos.

Como o mundo e as pessoas não obedecem aos nossos comandos, nos tornamos impacientes, intolerantes e, cada vez mais desabilitados para tudo o que pede atenção, concentração e memória. A contaminação entre o viver *on* e *off line* é irreversível.

Esta breve introdução desenha o nosso objeto: um corpo em processo permanente de modificação pelos novos hábitos de comunicação que pratica *on line*. E é este corpo, agora com outros hábitos cognitivos, que discute o que é “lugar de fala”. Por isso, precisamos de dois conjuntos distintos de bibliografia para lê-lo na sua complexidade.

Todavia, antes de seguir, e alerta para a contundência dos ataques que têm ocorrido, cabe pontuar que sei, sim, que aquele que sempre foi autorizado a falar, precisa escutar os que foram silenciados. Sei também que a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, que a cada 36 horas uma mulher é vítima de feminicídio no Estado de São Paulo (Estadão Dados)¹⁷, e que o Brasil caiu 13 posições no *ranking* de países seguros para a população LGBT, passando do 55º lugar, em 2018, para o 68º, em 2019, segundo o site Spartacus, com 1 morte a cada 23 horas por homofobia, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB)¹⁸. E sei também que “por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem a outros grupos” (Ribeiro, 2019, p.68).

E também ouvi o que Sueli Carneiro¹⁹, uma das fundadoras do Geledés – Instituto da Mulher Negra, disse, na homenagem

¹⁷ Informação publicada no caderno Metrópole, no jornal O Estado de S. Paulo, no dia 18/02/2019, na p. A18).

¹⁸ Informação disponível em www.g1.globo.com, publicada em 17/05/2019, às 12h45, assinada por Viviane Souza e Léo Arcoverde.

¹⁹ Filósofa, doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP), escritora e ativista do Movimento Feminista e do Movimento

que recebeu, na FestiPoa Literária 2019, na mesa de escritoras da qual participou com Djamila Ribeiro, mediada por Fernanda Bastos²⁰, no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – URGs. Sueli citou Bell Hooks²¹ dizendo que “mais do que qualquer grupo de mulheres, as negras têm sido consideradas só corpos sem mente” E na sua fala, também destacou o papel que a sua geração teve, no Brasil, porque “rompeu com o pacto e a etiqueta social que, até então, governavam as relações raciais no Brasil”, ao demonstrar que a democracia racial “era uma falácia e uma hipocrisia”

A valorização da diversidade humana torna-se um pré-requisito para a reconciliação de todos os seres humanos. Se podemos educar as pessoas para discriminar e oprimir, será possível fazê-las aprender a respeitar, acolher e se enriquecer com as diferenças raciais étnicas e culturais. Este é o abcesso do novo pacto racial e de gênero que desejamos. Um país que foi capaz de criar a mais bela fábula de relações raciais, que é o nosso mito da democracia racial, talvez seja também capaz de um dia torná-lo realidade (CARNEIRO, www.geledes.org.br)

Negro do Brasil, autora de artigos sobre gênero, raça e direitos humanos em publicações nacionais e internacionais, defendeu a constitucionalidade das cotas raciais em audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2010.

²⁰ Fernanda Bastos, editora-geral da Ed. Figuras de Linguagem, é formada em Letras pela UFRGS, jornalista e escritora, autora de **Dessa Cor** (2018).

²¹ Formou-se em literatura inglesa na Universidade de Stanford, fez mestrado na Universidade de Wisconsin e doutorado na Universidade da Califórnia. É autora de mais de trinta livros sobre raça, gênero, classe e relações sociais opressivas.

Isto posto, é na condição de conversa com os que compõem este texto, e esperando que ele não seja recebido com um ‘mais um branco fazendo branquice’, que a reflexão sobre o “lugar de fala” e a “fala do lugar” será aqui desenhada.

Vamos começar situando o papel do corpo que fala. E, para isso, vamos caminhar com a advertência de Patricia Hill Collins (1997, citada por Djamila Ribeiro, 2019) sobre a importância de pensar as desigualdades no sentido do grupo e não do indivíduo. Porque isso pode, talvez, ajudar a fazer a distinção entre o “lugar de fala” e o “lugar da minha fala”. Afinal, são muitos os que explicam que os grupos não surgem das decisões coletivas dos indivíduos que os compõem, mas das relações hierárquicas de poder engendradas nas entranhas da sociedade.

Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos (RIBEIRO, 2019, p.61).

O “lugar da minha fala” não é o mesmo que “lugar de fala”, e ele não pode ser silenciado. Pode ajudar no entendimento dos motivos pelos quais se deve tentar escapar da “identidade aplicada aos indivíduos”, como diz Djamila Ribeiro na citação acima. O “lugar da minha fala”, quando é a fala do não privilegiado, é o lugar da dor, e cada dor conta.

É a dor “que só pode ser sentida a depender da cor da pele” (Piedade, 2017, p.17) que levou Vilma Piedade²² a

²² Ao final de seu livro, Vilma Piedade se apresenta, em um texto que tem com o título “Sobre a Autora em Primeira Pessoa”.

conceber o conceito de ‘Dororidade’ para explicar a dor “cunhada pela escravidão” (2017, p.18). Vilma justifica o conceito que gestou quando responde à pergunta que faz, na p.16 do seu livro: “O Conceito de Sororidade²³ já dá conta de Nós, Jovens e Mulheres Pretas... ou não?”

O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta (PIEADADE, 2017, p.16).

É preciso, sim, aprender a ouvir sobre a dor produzida pela nefasta tríade “quanto mais preta, mais racismo, mais dor” (ibidem, p.17). Como a dor não é compartilhável, pois só

“Mulher Preta. Brasileira. Feminista. Mulher de Asé. Aquariana, nascida em fevereiro de ano distante, do século passado. Faz tempo que me graduei em Português-Literatura Brasileira, na Faculdade de Letras da UFRJ... Minha inquietude me levou pra área social. Anos de vivência de trabalhos com Mulheres em comunidades, com adolescentes e jovens – cidadania, racismo, saúde, prevenção DSTs. Depois foi a vez de trabalhar com capacitação de grupos de mulheres e jovens nos temas de geração de trabalho e renda e cidadania através do Fórum de Economia Solidária. Atualmente, trabalho na perspectiva da discussão do Racismo, Feminismo, Branquitude, Opressão e Privilégios. Língua, Linguagem e Racismo. O Feminismo Dialógico Internacional. Autora do Conceito Feminista “Dororidade” (PIEADADE, 2017, s/p)

²³ “A Sororidade parece não dar conta da nossa pretitude... Sororidade, etimologicamente falando, vem de sóror – irmãs” (PIEADADE, 2017, p.17); “A Sororidade ancora o Feminismo e o Feminismo promove a Sororidade. Parece uma equação simples, mas nem sempre é assim que funciona” (PIEADADE, 2017, p.16).

se sabe da dor quando se experimenta dela, quem não sofre a dor pode se aproximar, mas não a sentirá. Isso vale para a dor que o racismo produz, e não impede quem não é preto de lutar contra o racismo. O “lugar da minha fala” não é sinônimo de “lugar de fala”. São as constantes manifestações de racismo que mantêm essa dor “cunhada pela escravidão” (Piedade, 2007, p.18) doendo. Sobretudo em um país no qual a desigualdade “tem, no componente racial, a sua marca” (ibidem, p.19).

Luiza Bairros (1995, p.461) se junta aos que, como ela, reiteram que “raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente”, e que “de acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas”

Caminhar com esses entendimentos ajuda a compreender de outro modo o viés identitário que insiste em se impor, e também a não cair na cilada que se arma quando se trabalha com a existência de uma “competição de opressões” Não pode haver hierarquia entre opressões. Elas são estruturais.

O corpo

O corpo que reivindica o seu “lugar de fala” é uma coleção de informações sempre incompleta e sempre em transformação. A coleção nunca se apronta, porque o corpo vive em fluxos incessantes de contatos e contágios com os ambientes nos quais circula e com tudo o que neles encontra. Nestes fluxos permanentes, corpo e ambiente não param de se modificar. E como os fluxos não estancam, o corpo mostra, em tempo real, as transformações que estão ocorrendo nele, vai contando das mudanças.

Essa é a proposta da Teoria Corpomídia (Katz e Greiner): chamar o corpo de corpomídia para destacar que ele não é a embalagem que envolve um *self*, nem tampouco um envelope a guardar a essência de si mesmo, e menos ainda um

recipiente no qual se depositam informações que vêm do mundo. Porque se o corpo se faz corpo em um fluxo de mudanças incessantes, estando sempre em movimento de transformação, não consegue manter partes (como um *self*, ou uma essência) preservadas da mudança.

Como em todo conjunto complexo, também no corpo as transformações ocorrem em temporalidades diversas, e nem todas, mesmo ocorrendo, se tornam imediatamente visíveis. O fato de não serem logo identificáveis, não significa que não estejam ocorrendo. E se o corpo não é um revestimento externo dos seus conteúdos, e esses conteúdos estão virando corpo a cada instante, precisamos recalibrar o modo de dizer o que está dentro e fora do corpo. Se não existe uma fronteira que separa, mas uma pele que é porosa e favorece os trânsitos entre o dentro e o fora, eles serão inestancáveis, em um vai-e-vem com trombadas, embolamentos, esbarros etc. E é disso que o corpo conta sempre, sendo mídia dele mesmo, em tempo real.

Assim, o corpo que passou a encontrar com mais frequência com as informações sobre *blackface*, apropriação cultural, a violência do cotidiano nas comunidades, as múltiplas formas que o racismo toma em uma sociedade colonial, que ainda ecoa a escravidão, dentre tantas outras, igualmente relevantes, não pode continuar a ser o mesmo que era antes de encontrá-las.

E dentre as muitas mudanças que ocorrem, uma parece ser de um outro nível de descrição, pois envolve os hábitos cognitivos – isto é, os modos de conhecer o que nos cerca, sejam outras pessoas, coisas, lugares, ideias etc, incluindo o modo como cada um lida consigo mesmo.

Quando se reconhece a profunda dificuldade em conviver, ouvir e falar com quem não pensa e fala da mesma forma que nós, já se identifica um traço de mudança nos hábitos cognitivos: esse “nós” ganhou outra força de ação. Para dimensionar o que vem promovendo, vale recorrer à

edição da revista **Critique** que Marielle Macé (2019) coordenou²⁴. Lá, nos diz que o nós (que ela chama de “pronomes políticos”) não deve ser a palavra final, mas antes “o nome de uma causa, de uma luta, de uma tarefa, mais do que o de um pertencimento ou identidade” (www.leseditionsdeminuit.fr). É Marcelo Jacques de Moraes, no prefácio ao livro de Macé traduzido para o português²⁵, que expõe o ‘nós’ proposto por Macé:

Portanto, um “nós” não é apenas um somatório de sujeitos individuais que configurariam um conjunto mais ou menos pacificado e, assim, separado da multidão, mas um horizonte de construção de uma vida comum passível de ser compartilhada por diferentes “formas de vida” divididas e em conflito, e que permite que estas, reciprocamente, se qualifiquem e assim se constituam – ou melhor, lutem para se constituir – como “sujeito coletivo” (Moraes, 2017, p.9)

Esse nós, sem “pertencimento ou identidade”, vai se somar às propostas de dissociar “lugar de fala” de representatividade, como aprendemos com Djamila Ribeiro (2019), e com o modo como Luiza Barrios (1995) explica que não existe uma identidade chamada mulher, do ponto de vista feminista.

A fala do lugar

²⁴ “Comment les oiseaux se sont tus”, p. 17-31, em Critique/1-2, (nº 860-861), *Vivre dans un monde abîmé*, 2019.

²⁵ *Siderar, Considerar – migrantes, formas de vida*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017

É a partir do reconhecimento de uma política de autorização discursiva que não considera as “formas desiguais de distribuição das violências e dos acessos” (Mombaça, 2017, em RIBEIRO, 2019), que se investiga o que significa “falar em nome de” e “falar em seu próprio nome” Se possível, lembrando da proposta de, quando evocar um ‘nós’, que ele se refira a “um horizonte de construção de uma vida comum passível de ser compartilhada por diferentes “formas de vida”, como proposto por Moraes, na citação acima. Que seja um ‘nós’ que nomeie a causa ou a luta que reúne, como alerta Macé (2017), e não o ‘nós’ que provisoriamente junta os diferentes em uma falsa homogeneização, com data de validade.

Falar ‘em nome de’ implica em poder assumir a posição de um representante. E, como Djamilia Ribeiro já avisou, “um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade” (2019, p.82). Ninguém precisa se sentir representado para autorizar uma fala, pois cada qual sempre fala a partir da sua localização social. Quando diferenças nas localizações são transformadas em impedimentos para as falas, cabe refletir na mudança de critério que está sendo feita.

O critério que autoriza/desautoriza uma fala é o conhecimento. Seria fácil não problematizar essa afirmação, se não vivêssemos em um país no qual o acesso ao conhecimento é regulado por uma desigualdade inaceitável, temperada pela combinação entre colonialismo e escravidão que desenha a sociedade brasileira. Como não nos deixa esquecer Boaventura de Souza Santos (2010, p.16), todo conhecimento respira a “diferença política do colonialismo e capitalismo”, e, entre nós, ecoa a violência do projeto colonizador, que marginalizou os conhecimentos locais como sendo “saberes inferiores próprios de seres inferiores” (ibidem, p.17).

Todavia, reconhecer a violência dessa desigualdade na “distribuição do acesso” (Mombaça, 2017, em RIBEIRO, 2019) ao conhecimento não autoriza a supressão do

conhecimento como critério para a fala. Sobretudo, porque substituir o critério do conhecimento pelo critério da representatividade não é uma operação sem entraves, pois um e outro se referem a instâncias distintas, não intercambiáveis.

Troca-se o critério, e a representatividade passa a ser o que autoriza/desautoriza uma fala. E o entendimento de representatividade fica atado a um nós-pronome político usado como palavra final, e erguido como muro que separa identidades, ao contrário do que Macé (2019) propõe. Esquece que esse ‘nós’ não é um “conjunto pacificado” de iguais. E assim, “falar em nome de” fica reduzido a “me sentir representado naquela fala”, deixando de ser entendido como um “falar em nome do conhecimento de algo” E o conhecimento que aqui se pleiteia como critério é aquele que sabe da sua responsabilidade em levar em conta os danos causados pela relação do colonialismo com o racismo, incluindo-se neles as distinções visíveis e invisíveis que foram produzidas.

Quem não fala ‘em nome de’, fala ‘em seu próprio nome’? Falar ‘em seu próprio nome’ implica em deixar de ser um *infans* - aquele que não tem fala própria e diz de si na terceira pessoa, reproduzindo o modo como os adultos falam dele. Freud (1905) explica que o *infans*, ao nascer, por sua dependência, precisa do outro para lhe dar um lugar de existência. E, como no nosso país, dadas as circunstâncias da sua formação, foram os privilégios que determinaram quem podia “dar um lugar de existência” ao outro, é contra essa violação de direitos que muitos se insurgem, trocando o conhecimento pela representatividade como critério para uma fala ‘em nome de’

Para complexificar mais essa situação, sucede que, hoje, por conta dos novos hábitos cognitivos que nos formam, a ‘fala própria’, no cotidiano das redes sociais, se confunde com o gesto de reenviar o que se recebe de quem se confia (porque fala como eu, pensa como eu), com o gesto de assinar petições, denúncias etc (cujo destino não acompanho depois de assinar). O “adulto” (esse outro, que me dá um lugar de

existência) passa a ser alguém com quem posso praticar aquele 'nós' do pertencimento, por isso esse 'nós' composto pelos iguais anda tão agigantado. Quando "o lugar de existência" é dado nesse contexto, não se estranha que a existência passe a ser legitimada como pertencimento. Não significa pouca coisa o fato do viver *on line* haver reconfigurado a categorização de *infans* e de adultos em outros termos.

Dubravka Ugresic (2011)²⁶ trabalha um conceito que ajuda a situar socialmente a fala 'no próprio nome' Trata-se do que ela chama de 'cultura karaokê'²⁷. Segundo Ugresic, o karaokê caracteriza os tempos que vivemos. O aparelho que nos permite fazer karaokê foi inventado no início dos anos 1970, por Daisuke Inoue, que esqueceu de patentear a sua criação, e outros o copiaram.

No karaokê, quem performa, geralmente, é um anônimo que quer ser reconhecido na voz de um outro.

A fundação da cultura karaokê repousa no paradigma do ego anônimo, com a ajuda dos jogos de simulação. As pessoas de hoje estão mais interessadas em voar para fora de si mesmas do que em descobrir seu *self* autêntico. O *self* se tornou tedioso e pertence a uma outra cultura, diferente. As possibilidades de transformação, teletransporte e metamorfose prometem muito mais do que escavar na sujeira do *self*. A cultura do narcisismo teve uma mutação para a

²⁶ Dubravka Ugresic nasceu na Jugoslávia, em 1949. Tornou-se escritora e professora universitária, tendo participado de muitas conferências internacionais. A recepção agressiva a um de seus artigos, "A Question of Perspective", a levou a abandonar sua Croácia nativa e ir viver em Amsterdã.

²⁷ Ugresic nos informa que karaokê, em japonês, significa 'orquestra vazia'

cultura karaokê – ou essa é simplesmente a consequência dela (UGRESIC, 2011, p.9)

Ela chama a atenção para o fato do ego haver se fortalecido muito, em tempos mais recentes, que todos desejam "deixar uma marca", mas ela não precisa ser criada (não tem a sua autoria, mas não cabe a classificação de imitação ou plágio). Essa é a marca da 'voz própria' na internet. Fazemos karaokê dos "adultos" que nos conferem existência. Eles falam pela nossa voz, mas temos certeza de estarmos falando com nossa própria voz aquilo com o que concordamos/acreditamos. Por isso, é quase natural que me entrincheire em um 'nós-pronome político de pertencimento', passando a combater de lá todo aquele que estiver fora desse 'nós'

A cultura karaokê se caracteriza por não prezar "o conhecimento adquirido, a continuidade, a memória cultural e a hierarquia cultural" (ibidem, p.11). Sabendo ou não cantar, conhecendo ou não a letra inteira, nada disso importa porque o conhecimento não é o critério para o karaokê. Basta que meu desejo me auto-autorize a querer cantar aquela canção.

Essa é a lógica do viver *on line*, que praticamos por tantas horas todos os dias, há bastante tempo: o desejo legítima a auto-autorização. Todos querem "deixar a sua marca", daí o congestionamento permanente, nas redes sociais, de postagens e mais postagens do material que, geralmente, não é criado, mas repassado, espessando o muro do 'nós' identitário, que vai aprofundando a polarização, pois quando existe um 'nós', existe também um 'eles' para designar os que não são como 'nós'

Quem comanda, alimenta e sustenta essa comunicação é a lógica da representatividade. A postagem que reenvio é a minha voz fazendo karaokê da informação que representa o que quero dizer. Quando a replico, me sinto parte de um grupo, nele me fecho, e quem ficou de fora,

porque não faz o karaokê das vozes que faço, pertence ao outro lado, ao ‘eles’

A consequência dessa lógica não poderia ser diferente da que se estabeleceu: apenas um igual pode falar em nome de outro igual, porque o ‘nós’ que se consagrou é vivido, entendido, propagado e praticado como uma reunião de iguais (os negros, as mulheres, os pobres, os LGBTs, os periféricos etc), assim como o ‘eles’ (os brancos, os racistas, os privilegiados etc). A metodologia de classificar esses iguais não trabalha com outras formas de aproximação, como, por exemplo, a que ocorre quando pessoas se aproximam, umas das outras, porque compartilham ações, ideias, valores, propostas e referências, mesmo não pertencendo aos conjuntos de ‘nós’ que se estabeleceram recentemente.

Há algo que merece ser observado nessa situação. Nela, o “lugar de fala”, na verdade, se refere à fala que se identifica com um lugar, ou seja, deixa de ser o “lugar de fala” (a localização social daquela fala) para ser a “fala do lugar” (a fala daquela localização social). Essa inversão pode parecer, à primeira vista, apenas uma questão vernacular, um preciosismo semântico. Mas quem se detiver um pouco mais, logo perceberá que este deslocamento envolve bem mais do que um jogo de palavras.

Quando a conversa se torna estridente, fica mais difícil lembrar que uma opressão não é mais importante que a outra, como já explicou Angela Davis (2011), e que esse tipo de cisão entre as opressões é, de modo geral, fruto das sociedades desiguais.

Sabemos também que não há neutralidade epistemológica²⁸ A discussão sobre quem pode ou não pode

²⁸ Epistemologia, explica Grada Kilomba, na palestra-performance que realizou no Brasil, em 2016, é o termo “composto pela palavra grega *episteme*, que significa conhecimento, e *logos*, que significa ciência. Epistemologia é, então, a ciência da aquisição de conhecimento, que determina: 1) (os temas) ... 2) (os paradigmas) ... 3) (os métodos) ... Epistemologia, como eu já havia dito, define

falar passa pelo reconhecimento de que é o privilégio social que sempre garantiu, e continua a garantir, o privilégio epistêmico. Essa premissa nasceu dos abusos do colonialismo, que consagrou o pensamento branco ocidental eurocêntrico como o único conhecimento válido.

Grupos oprimidos tendem a desenvolver pontos de vista particulares sobre as desigualdades, e Collins (1997) insiste para que as desigualdades sejam localizadas nas próprias estruturas sociais, sempre múltiplas e complexas, e não em indivíduos. A urgência em demonstrar que a população negra foi subalternizada, mantida em silêncios institucionais continuamente renovados, que impediram e continuam a dificultar a circulação das suas produções epistemológicas, por exemplo, nas Universidades, localiza o “lugar de fala” como o direito a poder existir. Para isso, é necessário “refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (Ribeiro, 1999, p.64).

Djamila Ribeiro associa o “lugar de fala” ao que sucedeu com o conhecimento, destacando que a voz que pleiteia “absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo” (ibidem, p.64). Ou seja, a localização do “lugar de fala”, é a localização social. Evidentemente, cada experiência individual conta e muito, mas cabe buscar entender as condições sociais que constituíram o grupo do qual aquela experiência faz parte e trazer para a visibilidade que são as opressões estruturais que cancelam o direito à fala.

Quando isso não ocorre, o “lugar de fala” opera como sendo a “fala do lugar”. Na “fala do lugar”, o entendimento de lugar se geografiza, passando a se referir aos que estão reunidos em um mesmo espaço, seja ele o da orientação sexual, da cor da pele, ou da classe social. E assim, estabelece o lugar na tríade habitante-lugar-identidade.

não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditamos” (Ribeiro, 2019, p.87)

Vale lembrar que Milton Santos²⁹ (2005, p.161) já havia explicado que lugar não é um conjunto de objetos dispostos em alguma área circunscrita, mas um conjunto de relações em uma construção sócio-espacial de um espaço vivido, ligando o local ao global: “Hoje, certamente, mais importante que a consciência do lugar, é a consciência do mundo obtida através do lugar”

Como sempre estamos em uma determinada localização sócio-espacial, é deste lugar que cada um fala. Mas se pensamos que a fala precisa representar o lugar, ela se torna a “fala do lugar” dos iguais, na qual o interno resiste a reconhecer o externo, deixando de ser o “lugar de fala” Dentre as consequências, está a polarização entre ‘nós’ e ‘eles’ que estamos vivendo esses dias.

O conceito de corpomídia, porque se apoia no fluxo de trocas permanentes entre corpo e ambiente, demonstra, na materialidade do seu existir, que são as informações com as quais entra em contato que o tercem, e as formas de entrar em contato com uma informação variam muito. Aquelas com as quais encontro muito atuam, na coleção que me constitui, de modo distinto daquelas nas quais somente esbarro e, como tudo que vira corpo, escorre para o mundo na forma de alguma ação.

Manoel Soares, no seu artigo³⁰ para o jornal Zero Hora do dia 30/07/2019, diz que “A fome é a primeira solidão íntima que conhecemos” e que “Quem matar a minha fome é

²⁹ Milton Santos viveu no exílio e trabalhou na França, Canadá, Estados Unidos, Venezuela e Tanzânia. Retornou ao Brasil em 1977. Recebeu o prêmio Vautrin Lud, considerado como o Nobel da Geografia em 1994. Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* em vários países, no período entre 1964 e 1977

³⁰ Manoel Soares, comunicador, é um apoiador da Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, tendo participado de diversas gravações e campanhas da RBS TV em prol do combate à Fome. Seu artigo “A Fome Voltou” foi publicado na seção Opinião, do jornal **Zero Hora**, no dia 30/07/2019.

meu amigo, enquanto estou com ela não sou amigo de ninguém” A contundência da sua síntese sacode o leitor. Mas quando, mais adiante, destaca que “Ter a fome de volta na rotina dos brasileiros é convidar uma parcela significativa da população a romper barreiras de civilidade e a redefinir relações a partir dessa necessidade”, desenha o laço com o qual junta quem passa e quem não passa fome: “passar fome é um sintoma da crueldade coletiva, e ela está de volta”

A história do Brasil é a história de muitas “crueldades coletivas”, e a separação entre ‘nós’ e ‘eles’ as sustentam. Sandor Marai, no seu livro **Jogo de Cena em Bolzano** (2017, p.162-166), mostra como o Conde de Parma analisa a carta de três palavras que sua esposa, Francesa, escrevera para Giacomo Casanova. É um daqueles momentos em que o sublime atordoa. “Preciso ver você”, escreve ela. Poderia parecer banal, mas a dilatação dessas três palavras, na voz do Conde de Parma, leva o leitor a observar que no “preciso”, o imperativo é também uma necessidade, porque não se trata de um “desejo”, um “gostaria” ou um “quero”. A segunda palavra, o verbo “ver”, grita para que “se faça luz no mundo cego e incompreensível, porque, do contrário, nada mais faz sentido” E, fechando a carta, o “você: “É uma palavra completa, com uma ressonância que preenche o vazio humano, modela e nomeia, palavra dolorosa dá voz e aviva a individualidade”

“Preciso ver você” Um possível antídoto para o ‘nós’ x ‘eles’ que enredam as “crueldades coletivas” da nossa história.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. “Organizem-se porque não há mais limite para a violência racista”, em www.geledes.org.br

DAVIS, Angela. **Mulheres negras na construção de uma nova utopia**, em www.geledes.org.br, 12/07/2011

MORAES, Marcelo Jacques de. “Pensar entre Bordas e Fronteiras”, p.9-12, em MACÉ, Marielle. **Siderar, Considerar – migrantes, formas de vida**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017

MACÉ, Marielle. “Comment les oiseaux se sont tus”, p. 17-31, em **Critique/1-2**, (nº 860-861), **Vivre dans um monde abîmé**, 2019.

MÁRAI, Sándor. **Jogo de cena em Bolzano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

PIEPADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula, orgs. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar** São Paulo: Edusp, 2005.

SOARES, Manoel. “A Fome Voltou”, sessão Opinião, Jornal Zero Hora, 30/07/2019. Em www.redebancodealimentos.org.br/Noticia/916/A-FOME-VOLTOU

UGRESIC, Dubravka. **Karaoke Culture**. New York: Open Letter, 2011